

Descartes/Husserl: a relação entre idéias e coisas materiais

Vanessa Furtado Fontana

Departamento de Filosofia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Rua da Faculdade, 2550, 85903-000, Toledo, Paraná, Brasil. e-mail: vanessafontana@ig.com.br

RESUMO. Este trabalho desenvolve uma leitura contemporânea da obra cartesiana influenciada especialmente pela fenomenologia de Edmund Husserl. O artigo pretende apresentar e discutir a importância de se fundamentar a prova da existência das coisas materiais, presente na sexta meditação, nas idéias da mente, expostas na terceira meditação. O objetivo é explicitar a correlação entre as coisas materiais e as idéias.

Palavras-chave: Descartes, *cogito*, idéias, coisas materiais, Husserl.

ABSTRACT. Descartes/Husserl: a relationship between ideas and material things.

This work deals with a contemporary interpretation of the cartesian work, especially the Phenomenology of Edmund Husserl. The article intends to present and discuss the importance of founding the proof to the existence of material things, present in the sixth meditation, in the ideas of the mind, exposed in the third meditation. The aim is to explain the correlation between the material things and the ideas.

Key words: Descartes, *cogito*, ideas, material things, Husserl.

Introdução

Na história da filosofia, a obra *Meditações sobre filosofia primeira*, de Descartes, tem um valor decisivo, por se tratar de uma ruptura com o pensamento ingênuo acerca do mundo objetivo. Se antes dele a filosofia considerava que os objetos, tais quais apreendidos pelos sentidos, podiam ser ponto de referência a um conhecimento absoluto sobre a realidade, com ele não se pode partir desses objetos e do mundo material em geral. O método da dúvida hiperbólica tem a função de negar o mundo material a fim de alcançar, por meio do *cogito*, o fundamento metafísico deste mundo e dos objetos sensíveis. Descartes tem como finalidade instaurar o princípio absoluto e radical do mundo em geral e das coisas materiais. A ciência e a própria filosofia, vistas como dependentes do realismo, não constituem um fundamento seguro para o conhecimento da realidade. Apesar de seguir o método dedutivo das ciências matemáticas (aritmética e geometria), essas também recaem sobre a dúvida, por meio da tese do Deus enganador exposta na primeira meditação. Demonstra-se a necessidade de fundamento tanto das coisas materiais quanto dos objetos matemáticos.

A retomada das coisas materiais na sexta meditação, depois de estabelecido o *cogito* e as *cogitationes* na terceira, faz pensar em algumas questões. Primeiro: por que Descartes fundamentaria o *cogito* e as idéias e, na sexta meditação, fundaria as coisas materiais na sensação,

depois de negá-las na primeira meditação? Ele se equivocou ao retornar às coisas materiais na sexta meditação? O filósofo estaria preocupado em fazer uma epistemologia ou em dar um fundamento seguro e radical, ou seja, um fundamento metafísico ao mundo e à própria epistemologia?

A trajetória do presente trabalho procura mostrar que as *Meditações sobre a filosofia primeira* tratam primeiramente de um subjetivismo, que não é mera opinião do sujeito. O eu metafísico, o *cogito* e seus atos, as idéias formam um conhecimento que assegura o conhecimento do mundo real, apesar de terem um fundamento transcendente: Deus, princípio último doador das idéias ao *cogito*. Segundo ponto importante, demonstrar que a retomada das coisas materiais não é feita de modo ingênuo ou aleatório. As coisas materiais são as mais difíceis de se retomar, porque, após a constatação da presença das coisas na mente como idéias, ou seja, que o sujeito contém em si o fundamento verdadeiro do que existe fora dele, o material e o contingente aparecem como obscuridade aos olhos metafísicos do *cogito*. A obscuridade é sanada a partir da compreensão das coisas como idéias de coisas sensíveis presentes no *cogito* e asseguradas por um ente transcendente. A realidade material e factual da coisa no mundo efetivo é mera contingência se pensada pela metafísica. Há um mundo material. Dessa verdade Descartes não pode escapar; por isso, ao construir uma ciência absoluta, torna-se

necessário submeter as coisas materiais ao plano metafísico das idéias.

A filosofia cartesiana demarca a passagem de uma concepção realista ao idealismo. O presente texto trata de realçar o idealismo expresso na filosofia cartesiana ao enfatizar as idéias do *cogito* fundamentadas na transcendência de Deus. O modo de análise do problema cartesiano apresentado tem como pano de fundo uma leitura contemporânea. Não cabe aqui uma discussão de comentadores acerca de questões pontuais, tais questões já foram exploradas a contento pela tradição. Deter-se-á aqui na obra citada com a influência da interpretação do filósofo contemporâneo Edmund Husserl. Esse se considera um neocartesiano. Assume o projeto de racionalização do campo transcendental ao fundar uma ciência absoluta denominada fenomenologia. A contribuição filosófica da obra cartesiana é referendada pelo filósofo alemão em *Meditações cartesianas - introdução à fenomenologia*: “Descartes inaugura um novo tipo de filosofia. Com ele a filosofia muda totalmente de estilo e passa radicalmente do objetivismo ingênuo ao subjetivismo transcendental...” (Husserl, 2001, p. 22). A extensa obra husserliana está sempre pautada em uma reformulação e aprofundamento da filosofia de Descartes. A partir desse horizonte interpretativo, tem-se a meta de explicar a sexta meditação sem falar de mecanicismo, mas apontando o *cogito* e suas idéias como núcleo metafísico capaz de provar a existência do mundo material.

Desenvolvimento

Na sexta das suas *Meditações sobre filosofia primeira*, Descartes pretende provar a existência das coisas materiais. Nessas provas, a noção de idéia e, mais especificamente, de idéias adventícias exerce um papel fundamental, motivo pelo qual, antes de se abordar diretamente os argumentos pontuais da sexta meditação, faz-se necessário tratar da compreensão cartesiana de idéia, exposta na terceira meditação.

Descartes inicia a terceira meditação retomando a verdade conquistada na segunda meditação. Trata-se da primeira verdade da cadeia das razões, que é a única verdade existente até então, isto é, eu sou, eu existo, enquanto penso; logo, eu sou uma coisa pensante. Essa verdade foi estabelecida antes; mas, na terceira meditação, ele dá a essa verdade e a todas as verdades, como regra, um valor de conhecimento claro e distinto. Por enquanto, tudo o que existe é o pensamento e, portanto, o sentir e o imaginar são modos de pensar. O que tenho no pensamento? Todas as coisas que antes acreditava existirem pelos

sentidos só existem agora no pensamento em forma de idéia; logo o que tenho agora são as idéias claras e distintas das coisas na minha mente.

A única verdade que tenho é que sou coisa que pensa; porém, no pensamento, há idéias de coisas. Como essas idéias chegam à mente? Qual é a causa dessas idéias? Descartes supõe que as idéias são postas na mente por um Deus enganador; desse modo, elas seriam falsas. Ele retoma o argumento do Deus enganador usado na primeira meditação para refutar as coisas materiais, sendo aqui usado para refutar as intuições (*intueri*) dadas aos olhos da mente (*mentis oculis*), isto é, para tornar as idéias um erro. Contudo esse suposto Deus enganador, apesar de me enganar quanto à verdade dessas idéias, não pode me enganar a respeito de mim mesmo, pois sei que sou coisa pensante e existente.

Que o suposto Deus enganador não possa me enganar sobre tudo, pois não me engana sobre minha existência como coisa pensante, já me faz duvidar da sua existência e, portanto, afastar a hipótese de que as idéias presentes na minha mente sejam falsas. Porém, para abolir totalmente a dúvida, a fim de sustentar uma verdade segura, ele examina a possibilidade da existência de um Deus e se esse é ou não enganador. Assim, dá início ao caminho argumentativo para provar a existência de Deus. Nesse caminho, encontra-se a definição do conceito de idéia e de suas distinções, entre elas, as idéias adventícias, as quais se relacionam diretamente com a prova da existência dos corpos apresentada na sexta meditação.

Para chegar a uma causa verdadeira das idéias, é preciso investigar o que há de verdadeiro e de falso no pensamento. O pensamento se distribui em certos gêneros, cabe aqui examiná-los quanto à sua verdade ou falsidade para descobrir se, em algum deles, encontra-se um meio para conhecer alguma causa verdadeira.

Há, no pensamento, as idéias definidas como imagens das coisas. Certamente essas idéias são imagens que representam alguma coisa interna ou externa à mente. Pensar em algo é ter esse algo como uma imagem na mente. As idéias em si mesmas são sempre verdadeiras; logo as idéias de uma cadeira ou de uma sereia são verdadeiras compreendidas em si mesmas. A falsidade da idéia só ocorre quando essa é referida à coisa a que se reporta. Portanto, no exemplo da sereia, a idéia se torna falsa, pois a idéia de sereia não tem correspondente no mundo.

Outro gênero do pensamento é a vontade ou os afetos. Como exemplos, pode-se citar o querer, o afirmar, o negar, o duvidar, o amar, o odiar, etc. As vontades, mesmo sendo desejos de coisas más, são

verdadeiras.

O último gênero do pensamento é o juízo. Os juízos contêm a possibilidade do erro do pensamento, pois é um erro julgar que as idéias da mente sejam semelhantes a certas coisas postas fora dela. As idéias são modos de pensamento por si mesmas, ou seja, elas não se referem a nenhuma coisa exterior; logo os juízos não podem fazê-lo. Com isso, fica evidente que o juízo não pode ser o caminho para a causa do conteúdo da mente.

A verdade do pensar está nas idéias e nas vontades. Descartes inicia uma análise mais aprofundada das idéias. Dentre as idéias, têm-se as inatas, que nasceram comigo; as idéias adventícias, que vêm de fora e as idéias inventadas por mim. A análise das idéias compreende, nessa parte da meditação, uma busca pela verdadeira origem das mesmas na mente, pois ainda não se sabe ao certo se as idéias são formadas pela mente ou se têm outra causa. O apontamento de uma causa externa às idéias através da prova da existência de Deus torna-se primordial na sustentação do próprio conceito de coisa pensante; mais que isso, o alcance dessa verdade possibilitará, ao final das meditações, um olhar para as coisas do mundo, mas um olhar diferenciado através dos *mentis oculis*.

As idéias não dependem da vontade, nem de mim; e pelo fato, de que ocorram na mente não se pode concluir que sejam formadas por ela, pois as idéias são antes diversas de mim, do pensamento. Contudo, ainda que as idéias não dependam da minha vontade, pode haver uma faculdade em minha mente que produza essas idéias. Assim, temos duas hipóteses: ou as idéias vêm de fora da mente por meio de uma coisa exterior (objetos), ou são fabricadas por uma faculdade desconhecida no meu próprio pensamento e, portanto, eu seria a causa das idéias.

Complementando a hipótese da causa das idéias ser uma coisa exterior à mente, tem-se um terceiro argumento, no qual as idéias não podem ser semelhantes às coisas. “E, em terceiro lugar, mesmo que procedessem de coisas diversas de mim, disto não se seguiria que deversem ser semelhantes àquelas coisas. Ao contrário, freqüentemente me pareceu notar em muitas uma grande discrepância entre objeto e sua idéia” (Descartes, 2004, p. 39). Na terceira meditação, especificamente neste trecho, a existência dos objetos exteriores é problemática devido à dúvida dos sentidos recordada aqui como erro de uma crença sem um exame prévio da luz natural ou razão. Logo não se pode relacionar idéias e objetos, tudo o que existe são as idéias que ainda serão fundamentadas verdadeiramente. A temática dos objetos relacionados às idéias, mesmo que não

seja solucionada nessa meditação, já aparece aqui como uma preocupação de Descartes com esses objetos externos que é uma preocupação em afirmar o mundo exterior, mas não por meio dos sentidos.

O motivo pelo qual a idéia não é semelhante a um objeto externo é o fato de a idéia formada na mente não emanar do objeto, porque esse objeto não existe, isso caracteriza a diferença entre ambos. Na primeira meditação, remove-se todo conteúdo originário dos sentidos com a adoção metodológica da dúvida; por conseguinte, na terceira meditação, ocorre uma crítica ao senso comum, pois se insiste em pensar os objetos como advindos dos sentidos. Descartes entende claramente que os sentidos enganam, e por isso, regressa a esse tema a fim de cessar definitivamente com o impulso cego que faz crer na existência das coisas exteriores.

A sucessão da arguição cartesiana acerca da causa das idéias do pensar, única forma da existência do sujeito, e, portanto, causa do sujeito, exclui a hipótese do objeto exterior. Assim, tem-se como horizonte a procura de uma existência objetiva das idéias.

A afirmação das diferentes idéias outrora citada é então acrescida ao julgamento do grau de realidade objetiva. Isto é possível graças às várias maneiras de representar os objetos na mente. O que garante maior ou menor valor de realidade às idéias é o conteúdo que estas representam. Neste sentido, há idéias mais reais e outras menos reais no que tange ao pensar.

“Pois, não há dúvida de que as que mostram substâncias são algo mais e contêm, por assim dizer, mais realidade objetiva, isto é, participam por representação de mais graus de ser ou de perfeição do que as que só representam modos ou acidentes” (Descartes, 2004, p. 81).

A citação acima importa não somente pelo valor conceitual para o alcance da prova da existência de Deus, mas, sobretudo para o nosso tema que pretende demonstrar o valor das idéias para a compreensão da existência das coisas materiais, pois se tem aqui a afirmação da secundariedade dada por Descartes às coisas materiais. Estas têm menos realidade objetiva, significa dizer que são menos presentes à mente por que participam em menor grau da perfeição ou do ser. Isto indica, ainda, o porquê do conhecimento dessas idéias adventícias serem confusas e a dificuldade de retornar às coisas sensíveis, tema da sexta meditação.

Descartes distingue entre realidade objetiva e realidade atual ou formal. A realidade das idéias é objetiva, dividida em graus de participação; nesse

caso, as idéias que representam as coisas têm menor grau de participação, mas as coisas mesmas têm uma realidade atual ou formal, porque correspondem às idéias, tema da sexta meditação. Pensa-se que as idéias têm realidade objetiva porque é esta realidade que Descartes quer provar nas *Meditações*, deixando as coisas materiais ou corporais com uma realidade formal, ou seja, uma realidade apenas aparente e só possível por causa das idéias formadas pelo *cogito*.

O interesse em atribuir graus de realidade objetiva às idéias está na busca pela causa das mesmas, ou seja, pela pesquisa da existência de Deus. As idéias de Deus, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente, criador, são tais que sua realidade objetiva é maior que as idéias que mostram as substâncias finitas. Assim, entende-se que a idéia de Deus é o caminho para a causa das idéias e, portanto, para a possibilidade da existência dos corpos.

Através do princípio de causalidade, que diz que tudo tem uma causa, pode-se dizer que as idéias têm como causa algo com o mesmo conteúdo ou mais perfeito que elas. A causa que origina as idéias tem realidade formal. Para alcançar a causa é necessário estabelecer a primeira idéia que será o arquétipo na qual está contida formal e efetivamente toda realidade ou perfeição. Essa primeira idéia é a idéia de Deus. O modo de ser formal pertence à causa das idéias, ao menos às idéias inatas, tal qual a idéia de Deus. Segue-se a relação entre a idéia de Deus e a regra geral da terceira meditação, a qual diz: “é verdadeiro tudo o que percebo muito clara e muito distintamente” (Descartes, 2004, p. 71). Logo, a idéia de Deus é clara e distinta, e por isso é verdadeira. A realidade objetiva da idéia de Deus é tanta que é necessário afirmar que eu não sou a causa dessa idéia. Portanto, a idéia de Deus não provém de mim, mas do próprio Deus que existe necessariamente. Deus é substância infinita, independente, eterna e imutável. Apesar da mente não compreender o infinito e Deus, percebe haver os mesmos, e percebe que este ser infinito em ato a criou e impôs ou imprimiu nela sua idéia e as idéias inatas. Estas idéias fazem perceber a finitude, imperfeição e dependência da coisa pensante a Deus. A prova da existência de Deus aqui estabelecida confere existência ao *cogito* e garante a verdade das idéias claras e distintas da mente.

Contudo, as idéias das coisas corporais também estão no *cogito*. O que se percebe de claro e distinto nas coisas corporais é a idéia de substância, duração e número. Sabe-se da idéia de substância como conhecimento claro e distinto dos corpos. O

conceito ou explicação de substância é “uma coisa apta a existir por si” (Descartes, 2004, p. 89). O *cogito*, apesar de se conhecer apenas como coisa pensante, é também substância; logo, também tem um corpo. A idéia de substância permite a Descartes provar a existência dos corpos na sexta meditação, ou ao menos permite uma resposta a essas coisas extensas existentes na mente. As idéias de extensão, figura, movimento, situação são como trajes sob os quais a substância corporal nos aparece. As coisas corporais só podem ser conhecidas pelas idéias acima e nunca pelo que são no mundo efetivo. A idéia de extensão é uma idéia vinda da geometria, o que faz pensar que a prova da existência dos corpos é ao mesmo tempo a prova da existência da matemática e da geometria.

Na ordem das razões, a substância infinita que é Deus é conhecida anteriormente à idéia de substância corporal criada, a qual está presente no *cogito* e nas coisas. Contudo, o *cogito* só se entende como ligado a uma substância corporal criada após a prova da existência de Deus, pois antes acreditava existir por si. Nesse sentido, a percepção do infinito é anterior à percepção do finito. Logo, a percepção de Deus é anterior à percepção do *cogito*. O *cogito* só sabe que é finito e substância criada quando afirma a verdade da existência de Deus como causa das idéias inatas.

Na análise da existência dos corpos isso se demonstra fundamental, pois somente a idéia de Deus e todos os seus atributos fazem o *cogito* pensar na finitude e na idéia de substância criada como modo menos perfeito, e por isso pensar em uma realidade diferente das idéias. O que se evidencia aqui é que os corpos provados na sexta meditação não são reais, ou seja, não tem uma realidade efetiva, mas o mundo tem uma realidade formal, ou possível. O mundo tem uma realidade diferente das idéias objetivas, estas podem ser consideradas reais, enquanto as coisas corporais não existem na realidade das idéias, ou seja, não podem ser entendidas na mente de modo claro e evidente.

Que as idéias das coisas sensíveis são apresentadas à mente de forma inesperada, que são confusas e que têm uma realidade objetiva menor que as idéias inatas, ou seja, são menos perfeitas, estas são as principais conclusões da terceira meditação.

As idéias de Deus e do *cogito* são as mais claras e evidentes para a mente. Todavia, o problema está na outra substância que forma o homem, ou seja, o corpo. Entende-se homem como a união substancial entre corpo e alma. Enquanto pensamento não é necessário que haja um mundo, mas se percebe a

idéia de extensão, atribuída à idéia de substância corporal criada, então se torna inevitável a necessidade da prova da existência dos corpos, mesmo que essa existência não seja a existência fornecida pelos sentidos. Descartes não a considera muito útil no trajeto das meditações. Diz:

“Não que as reputo muito úteis a provar o que provam, a saber, que há deveras um mundo, que os homens possuem corpos e coisas semelhante, das quais, ninguém com mente sã jamais duvidou seriamente, mas, porque, ao considerá-las, não as reconheci nem tão firmes, nem tão manifestas quanto as que empregamos para chegar ao conhecimento de nossa mente e de Deus, as mais certas e as mais evidentes de quantas a inteligência humana pode saber” (Descartes, 2004, p. 153).

Na sexta meditação há outras faculdades presentes no *cogito* que possibilitam a prova da existência das coisas materiais. Trata-se das faculdades de imaginação e de sentir. Na terceira meditação sabe-se haver apenas uma faculdade atuando, a faculdade de intelecção (*intelleccio*) ou faculdade de pensar responsável por formar a realidade objetiva das idéias que é diferente da realidade das coisas materiais.

A faculdade de imaginação é investigada para dar resposta às idéias das coisas materiais, mas não é esta faculdade que prova a existência do mundo. Por que a imaginação faz crer nas coisas materiais, mas representa-as de forma confusa. Nesta faculdade, as coisas não existem como realidade formal ou atual, mas através do exame da mesma se reconhece a probabilidade da existência das coisas materiais. A imaginação possibilita a existência das coisas materiais porque “ao imaginar, volta-se para o corpo e nele vê algo conforme a uma idéia que ou é entendida por ela ou é percebida pelo sentido” (Descartes, 2004, p. 159). Para que a imaginação possa atuar é provável que exista um corpo, mas não se pode concluir a existência dos corpos pela imaginação. Os corpos são imaginados de modo limitado, isto é, eu compreendo um determinado corpo, por exemplo, um quiliógono, porém não consigo fazer a imagem deste na mente, sua representação é confusa. Disto decorre a impossibilidade de espacializar um objeto geométrico através da faculdade de imaginação. Então, deve-se partir para o exame da faculdade do sentir.

O estudo pormenorizado da faculdade de sentir é o caminho cartesiano para provar a existência formal ou atual dos corpos. A investigação acerca da faculdade de sentir é dividida em etapas: a primeira recorda o que se considerava verdadeiro e em que se

apoiava tal crença. A segunda examina as razões da dúvida dos sentidos e a terceira o que devo crer a respeito do sentir.

Na primeira etapa da investigação explica-se que as coisas recebidas dos sentidos eram verdadeiras, porque as idéias das coisas percebidas pelos sentidos eram mais expressas, mais vívidas. Acreditava-se que as coisas eram semelhantes às idéias. E ainda sentia-se a presença de um corpo de modo que não era possível separar-se dele. Sentia-se afecções e apetites nas partes deste corpo. Contudo, analisando a crença em tal corpo conclui-se que sentia essas coisas por ensinamento da natureza, pois não há ligação entre sensação e pensamento.

Na segunda etapa da reflexão acerca da faculdade de sentir a dúvida é recapitulada. Descartes traz de volta o método da dúvida já vista na primeira meditação para refutar a teoria de que as idéias das coisas materiais vêm dos sentidos. A dúvida dos sentidos rompe com a idéia de causalidade das coisas, ou seja, rompe com a idéia de que as coisas causam as idéias.

Na última etapa da investigação, Descartes pergunta o que se deve crer sobre o sentir. Ele conclui que há percepções na mente e que estas são verdadeiras, primeiro porque são fornecidas pela natureza divina que apresenta sempre o que é verdadeiro à mente, e em segundo porque há nela uma faculdade de sentir capaz de captar as sensações e compreendê-las. Esta faculdade está presente na mente do mesmo modo que a imaginação e a intelecção, porém a faculdade de sentir e a faculdade de imaginar são secundárias, pois as sensações que a mente percebe são modos de pensamento confusos resultantes da união de corpo e mente. Nesse sentido, pode-se entender o *cogito* sem a faculdade de sentir e imaginar. Deve-se entender que as sensações são pensamentos confusos percebidos na mente através da faculdade de sentir, ou seja, que as idéias das coisas materiais somente são explicadas pela faculdade de sentir e não pela faculdade de intelecção responsável pelas idéias inatas.

A faculdade de sentir é uma forma de pensar, uma forma de pensar não pura, secundária ao conceber, mas que permite compreender as idéias das coisas materiais. O sentir é submetido às idéias e à mente; portanto, só pode existir formalmente apoiado na realidade objetiva das idéias inatas, principalmente na idéia de Deus:

“Agora, há na verdade em mim uma certa faculdade passiva de sentir ou receber e conhecer idéias das coisas sensíveis, a qual me seria, no entanto,

totalmente inútil, se não existisse também, em mim ou em outra coisa, uma faculdade ativa, que produza ou cause essas idéias” (Descartes, 2004, p. 171).

A faculdade de sentir é passiva, porque não depende da vontade da mente. Trata-se aqui do argumento da coerção externa, ou seja, as sensações se impõem ao *cogito*. As sensações chegam à mente de modo passivo, ou seja, as sensações estão presentes de modo incondicional, instantâneo e invariável na mente, de modo que o *cogito* não escolhe as sensações que tem, mas apenas apercebe-se delas de modo confuso.

Para que um corpo exista é necessário que uma idéia seja sua causa, este é o argumento da causalidade entre corpo e idéia, mas esta causalidade não implica na semelhança da idéia e do corpo. O *cogito* sente ter uma idéia de coisa material que corresponde a uma coisa fora dele, e que esta idéia se remete a uma natureza divina criadora (*naturam Deum*). As sensações são inclinações instintivas naturais que se fundamentam verdadeiras por originarem-se de uma veracidade divina criadora. Deus não dá nenhuma faculdade para ver que estas inclinações são falsas, o que faz crer na veracidade das sensações.

A faculdade de sentir recebe as idéias das coisas materiais de uma faculdade ativa que é Deus. Deus é a natureza que impõe em mim a realidade e garante que tudo que é natural é verdadeiro. A faculdade ativa não é responsável diretamente pelas idéias das coisas materiais, mas as idéias inatas recebidas de Deus representam a realidade objetiva que torna possível a realidade formal das idéias das coisas materiais e corporais. Pode-se dizer aqui que Deus é a causa das idéias das coisas materiais mesmo indiretamente, porque a natureza (Deus) ensina à coisa pensante que ela tem um corpo, ou seja, que o *cogito* (eu) está ligado a um corpo.

Quando Descartes afirma a existência dos corpos, não quer dizer que estes existam de modo efetivo, mas que existem enquanto idéias, de extensão, de substância etc. Assim, as coisas materiais existem porque existem idéias a elas correspondentes. Estas idéias correspondem a algo fora do campo ideativo, porém ele diz nunca ter duvidado seriamente que este mundo existisse, mas ele quer antes dizer que o mundo verdadeiramente existente é o mundo representado na mente. Ou, ainda, que o mundo só existe porque há na mente idéias que possibilitam ao homem entender o que aparece. Deus é a causa das idéias inatas e adventícias de modo diferenciado, mas no fundo o que importa é pensar que o mundo só

existe por causa das idéias.

A proximidade das idéias das coisas à matemática e à geometria se faz evidente pelo valor dado às mesmas após a prova da existência de Deus e a retomada delas nas meditações finais, inclusive na sexta. O mundo efetivo só existe por causa das idéias de extensão, duração, número, que formam a substância corpo. Estas idéias advindas da geometria expressam que além dos objetos não existirem de modo efetivo, mas apenas as idéias, que estas idéias são idéias matemáticas e geométricas. O que existe por fim são as idéias, e as matemáticas se enquadram na existência como idéias.

Conclusão

O que se pode afirmar é a existência das idéias adventícias que representam algo do mundo, mas que o mundo mesmo não é captado em suas particularidades pelos olhos da mente, não de forma efetiva através dos sentidos, apenas pela mente e para a mente. Pela mente mesma só são possíveis idéias inatas de realidade objetiva e as idéias das coisas materiais apenas são compreendidas claramente pela faculdade de sentir também presente na mente, mas que não tem relevância na apreensão do eu enquanto coisa pensante. No todo das meditações cartesianas o que importa é o *cogito* e a idéia de Deus, através das quais a existência do mundo pode ser provada.

A prova da existência de Deus é mantida, pois a filosofia cartesiana, conforme Husserl, não reconhece a importância em se deter no *cogito* como fundamento último. Descartes precisa, ainda, da remissão a um ente transcendente fora do sujeito metafísico, mesmo que esse não seja cognoscível. Aquele ente é capaz de fundamentar as idéias, que, para Husserl, já constituem o âmbito transcendental, e não dependem em nada de um ente exterior.

Os objetos no mundo são provados somente com a elevação às idéias da mente. O próprio Descartes não está tão interessado em provar a existência dos corpos, mas é obrigado a fazê-lo devido aos limites fundadores de sua metafísica. A filosofia cartesiana é limitada por se ocupar da existência ou não do mundo. A preocupação com o mundo é o motivo pelo qual o filósofo não funda o campo transcendental no sujeito, mas faz surgir um Deus transcendente possibilitando um caráter de verdade teológica ao *cogito* e às *cogitationes*. A fenomenologia de Husserl considera válida a volta ao sujeito proposta por Descartes. O desvio estaria na substancialização do *cogito*, isto é, na falta de aprofundamento das idéias existentes no plano do eu pensante.

Referências

DESCARTES, R. *Meditações sobre a filosofia primeira*. Trad. Fausto Castilho. Ed. Bilingüe em latim e português. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

HUSSERL, E. *Meditações cartesianas* – introdução à

fenomenologia. São Paulo: Mandras editora, 2001.

Received on April 04, 2006.

Accepted on June 28, 2006.